



Ministério da Saúde
Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde
Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

NOTA TÉCNICA Nº 88/2021-DAF/SCTIE/MS

1. **ASSUNTO**

1.1. Trata-se do Ofício nº 507/2021 - CIPANDEMIA ([0020324684](#)), que traz para manifestação deste Ministério da Saúde sobre o Requerimento nº 285-2021/CIPANDEMIA, da lavra do Senador Renan Calheiros ([0020324687](#)), que em síntese requer:

"... que seja requisitado ao Ministério da Saúde o envio de cópia de todos os documentos, produzidos no Ministério ou sob sua guarda, que recomendem, avalizem, incentivem ou tolerem, direta ou indiretamente, o uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra Covid-19, ainda que para uso preventivo da doença ou logo após os primeiros sintomas, inclusive documentos e informações produzidas por aplicativos de informática como o TrateCov, desenvolvido pelo próprio Ministério" (grifo nosso)

1.2. Sobre o questionamento em tela, cabe a este Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos - DAF, se manifestar sobre o que está em destaque.

1.3. Nesses termos e em atenção ao Requerimento 285/2021/CIPANDEMIA, prestam-se as informações ora solicitadas.

2. **ANÁLISE**

2.1. Preliminarmente cabe uma breve contextualização sobre a situação da pandemia de COVID-19, assim, no ano de 2020, uma nova cepa da família dos coronavírus foi identificada, após o surgimento de casos de pneumonia, entre o final do ano de 2019 e início de 2020, com causas desconhecidas, na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China. Em janeiro de 2020, cientistas iniciaram as pesquisas e o novo coronavírus recebeu, inicialmente, a nomenclatura temporária de 2019-nCoV, até ter o nome oficial definido como Sars-CoV-2, que significa "síndrome respiratória aguda grave – coronavírus 2". A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a doença respiratória provocada pela infecção do novo coronavírus como "COVID19", que resulta das palavras "corona", "vírus" e "doença" com indicação do ano em que surgiu (2019).

2.2. Quando causam infecções brandas, os sintomas da Covid-19 se assemelham aos de resfriados e gripes, como espirros, tosse, coriza e febre. Entretanto, as infecções mais severas podem desencadear pneumonia, insuficiência respiratória aguda, lesões pulmonares e até óbito. Diante dessa identificação, a OMS declarou, em 30 de janeiro de 2020, Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional devido ao novo coronavírus (SARS-CoV-2). Com o alto índice de disseminação, medidas iniciais de controle foram determinadas por autoridades, mas rapidamente o coronavírus se espalhou por outros países e continentes ao redor do globo, tornando-os novos epicentros da Covid-19.

2.3. Considerando a declaração da OMS e a complexidade da doença, no Brasil reconhecesse que demandaria esforços conjuntos de todo o Sistema Único de Saúde (SUS) para a identificação da etiologia dessas ocorrências e adoção de medidas proporcionais e restritas aos riscos; e a necessidade de se estabelecer estratégia de acompanhamento da população nacional e de estrangeiros que ingressam no país; o Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV).

2.4. Nesse passo, o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS), que é parte integrante da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE), do Ministério da Saúde (MS), desde o início da pandemia no Brasil também tem atuado, no âmbito de suas competências, para reduzir a mortalidade causada pelo novo coronavírus, por meio de ações direcionadas principalmente a aquisição e distribuição de medicamentos para o enfrentamento à COVID-19.

2.5. Ressalta-se, portanto, as competências atribuídas a este Departamento, de acordo com o art. 31 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, a saber:

- I - *Subsidiar a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde na formulação de políticas, diretrizes e metas para as áreas e os temas estratégicos necessários à implementação da Política Nacional de Saúde no âmbito de suas competências;*
- II - *Formular, implementar e coordenar a gestão das Políticas Nacionais de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos, inclusive sangue, hemoderivados, vacinas e imunobiológicos, como partes integrantes da Política Nacional de Saúde, observados os princípios e as diretrizes do SUS;*
- III - *Prestar cooperação técnica para o aperfeiçoamento da capacidade gerencial e operacional dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no âmbito de suas competências;*
- IV - *Coordenar a organização e o desenvolvimento de programas, projetos e ações em áreas e temas de abrangência nacional no âmbito de suas competências;*
- V - *Orientar, promover e coordenar a organização da assistência farmacêutica, nos diferentes níveis da atenção à saúde, observados os princípios e as diretrizes do SUS;*
- VI - *Programar a aquisição e a distribuição de insumos estratégicos para a saúde, em particular para a assistência farmacêutica, em articulação com o Departamento de Logística em Saúde da Secretaria-Executiva;*
- VII - *Propor acordos e convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a execução descentralizada de programas e projetos especiais no âmbito do SUS no âmbito de suas competências;*
- VIII - *Orientar, capacitar e promover ações de suporte aos agentes envolvidos no processo de assistência farmacêutica e insumos estratégicos em saúde, com vistas à sustentabilidade dos programas e dos projetos no âmbito de suas competências;*
- IX - *Elaborar e acompanhar a execução de programas e projetos relacionados à produção, à aquisição, à distribuição, à dispensação e ao uso de medicamentos no âmbito do SUS; e*
- X - *Coordenar a implementação de ações relacionadas com assistência farmacêutica e acesso aos medicamentos no âmbito dos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde.*

2.6. Superadas as preliminares acima, em resposta ao questionamento supra, informa-se a seguir os documentos produzidos pelo MS, com anuência deste Departamento :

- Nota Informativa n.º 6/2020-DAF/SCTIE/MS, de 01 de abril de 2020 ([0020374112](#)), elabora no âmbito da SCTIE , que atualizou informações sobre o Uso da Cloroquina como terapia adjuvante, para "uso compassivo", no tratamento de formas graves do COVID-19, ficando revogada a Nota Informativa nº 5/2020-DAF/SCTIE/MS, datada de 27 de março de 2020;
- Nota Técnica nº 10/2020-DESF/SAPS/MS de 03 de abril de 2020 ([0020374169](#)), elaborada no âmbito da SAPS, que autorizou, em caráter excepcional, a dispensação do medicamento fosfato de oseltamivir, indicado para o tratamento da Influenza, pelas farmácias públicas do Brasil, mediante apresentação de declaração de indicação de uso pelo serviço de teleatendimento do Ministério da

Saúde – TeleSUS, uma vez que o uso do antiviral tem como objetivo evitar o aumento de doenças respiratórias e a sobrecarga do sistema de saúde, pois permite a redução de complicações, internações e, principalmente, a mortalidade decorrente das infecções causadas pelo vírus Influenza. Ressalta-se que os sintomas iniciais de viroses (Influenza e Covid-19) se assemelham e o Protocolo de Tratamento da Influenza do Ministério da Saúde indica o uso do fosfato de oseltamivir, além do tratamento sintomático e hidratação, a todos os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e Síndrome Gripal (SG) que tenham condição ou fator de risco para complicações, independentemente da situação vacinal. Tal indicação fundamenta-se no benefício que a terapêutica precoce proporciona na redução da duração dos sintomas e, principalmente, na redução da ocorrência de complicações da infecção pelo Influenza; e

- Parecer Técnico nº 67/2020-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, de 14 de maio de 2020 ([0020374297](#)), elaborada no âmbito da SVS, que adequou a indicação, em caráter excepcional, do uso do fosfato de oseltamivir durante a pandemia da covid-19, revogando consequentemente, a Nota Técnica nº 10/2020-DESF/SAPS/MS.

3. CONCLUSÃO

3.1. Frente ao todo o exposto, encontram-se, acima listados, os documentos elaborados pelo e/ou com a participação deste Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos - DAF, em atendimento aos termos do Requerimento nº 285-2021/CPIPANDEMIA.

3.2. Sendo estas as considerações que cabem a este Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos - DAF/SCTIE, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

SANDRA DE CASTRO BARROS

Diretora



Documento assinado eletronicamente por **Sandra de Castro Barros, Diretor(a) do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**, em 05/05/2021, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0020364869** e o código CRC **4DB053B2**.

Referência: Processo nº 25000.065526/2021-07

SEI nº 0020364869

Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos - DAF
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br

Criado por [claudio.diniz](#), versão 16 por [sandra.barros](#) em 05/05/2021 12:31:02.